



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

DISCURSO

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

SOLENIDADE DE POSSE

NOVA DIREÇÃO DO TST E DO CSJT

BIÊNIO 2020/2022

19 de fevereiro de 2020

Felipe Santa Cruz

Presidente Nacional da OAB



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

(CUMPRIMENTOS. NOMINATA)

Senhoras e senhores.

Esta sessão solene representa, para mim, um enorme passo histórico. Não somente para esta Casa, mas, sobretudo, para a Justiça no País. Não posso deixar de destacar, com imensa alegria, o fato de que, pela primeira vez na história desta Corte, uma mulher brilhante ocupa a Presidência. E, com muito orgulho para a Ordem e para toda a advocacia, uma mulher que chegou aqui pelo quinto constitucional da OAB.

Nos últimos 10 anos, a Justiça do Trabalho teve os maiores percentuais de magistradas em todos os cargos, compondo mais de 50% dos magistrados ativos e cerca de 41% de Presidentes mulheres, conforme o Diagnóstico da Participação Feminina no Poder Judiciário elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Hoje, a Ministra-Presidente Dra. **Maria Cristina Irigoyen Peduzzi** consagra mais um importante feito: finca seu nome na história da Justiça brasileira e se soma a outras grandes mulheres protagonistas da luta pela igualdade de gênero. Sabemos que a sua trajetória, até aqui, não foi sem percalços e sem enfrentar as enormes dificuldades impostas às mulheres em suas carreiras.

A luta da ministra, que hoje alcança esse importante reconhecimento, continua sendo a luta de milhões de mulheres hoje. Mulheres que ainda enfrentam uma cultura machista que faz persistir a desigualdade de gênero em salários, processos seletivos e de progressão na carreira; que perpetuam a injustiça e, muitas vezes, o desrespeito às nossas trabalhadoras no exercício das suas funções.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

Estou certo de que sua chegada à presidência dessa Corte será um passo importante para a superação dessas desigualdades, injustiças e desrespeitos que ferem nossa Constituição e envergonham o país.

Na pessoa da nossa presidente, portanto, homenageio todas as mulheres que diuturnamente se dedicam à Justiça no Brasil. E, também na sua pessoa, cumprimento todas as trabalhadoras brasileiras, e todas as mulheres presentes nessa cerimônia – jornalistas, magistradas, trabalhadoras da Justiça do Trabalho, advogadas.

Em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, é com grande satisfação, Excelentíssima Ministra, que registramos nossos votos de apoio e nos colocamos como aliados permanentes às lutas desta Casa, em defesa da Democracia, dos Direitos Sociais e do Estado Democrático de Direito. Dirijo, também, os meus cumprimentos ao Ministro Vieira de Mello Filho, que assume a Vice-Presidência; e ao Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, o novo Corregedor-Geral deste Tribunal Superior.

Registro, também, nossos agradecimentos aos ministros que ora se despedem da Direção do TST e da Corregedoria: o Presidente João Batista Brito Pereira; o Vice-Presidente Renato de Lacerda Paiva; e o Corregedor-Geral Lelio Bentes Corrêa. Em nome da Advocacia brasileira, caríssimo Ministro Brito Pereira, felicito Vossas Excelências pelo laborioso trabalho desenvolvido no biênio que se encerrou.

Minha trajetória como advogado trabalhista me permite compreender os grandes desafios que circundam esta Casa. Vivemos um momento histórico no país e no mundo, com profundas transformações no mundo do trabalho. O



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

advento das novas tecnologias, as mudanças profundas na economia global trazem novo quadro para a Justiça do Trabalho e desafios que precisamos olhar de frente.

A Ordem dos Advogados do Brasil defende a livre iniciativa e entende que é importante aumentar o dinamismo do mercado brasileiro e que nossa legislação trabalhista deve ser constantemente atualizada.

Nunca seremos adversários de reformas estruturantes que buscam recolocar o país no trilho do crescimento. Necessitamos de reformas que, de fato, democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, mais eficiente e mais competitivo no mercado internacional. No entanto, nenhuma reforma deve ter como horizonte o sacrifício dos mais pobres e prescindir da participação democrática dos mais diversos setores da sociedade civil.

Infelizmente, o que temos assistido é a retirada de direitos trabalhistas e a precarização cada vez mais intensa do trabalho. Não por acaso, em 2019, pela primeira vez, o Brasil figura na lista dos dez piores países do mundo para a classe trabalhadora, segundo o Índice Global de Direitos. Somos ainda o 4º país do mundo em quantidade de acidentes de trabalho.

A tragédia de Brumadinho, por exemplo, ganhou contornos mais dramáticos com a Reforma Trabalhista, que impõe limitações aos valores a serem pagos a título de indenização. A ONU classificou essa Reforma como uma medida de rebaixamento de direitos e, ao contrário da expectativa de geração de novos empregos, a taxa de informalidade atingiu seu recorde em 19 estados, além



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

do DF, e um aumento considerável da extrema pobreza e da desigualdade social no Brasil.

A erosão do trabalho contratado e regulamentado criou a condição dos *precariados*, que é justamente a junção de *proletário* e *precário* e que, infelizmente, representa muitos milhões de pessoas ao redor do País, afetadas pela subcontratação, pelo aumento do desemprego, pela precarização dos vínculos trabalhistas e pela desproteção sindical.

Com o crescimento do trabalho digital, *on-line* e intermitente nos últimos anos, aplicativos de serviço são fonte de renda de quase 4 milhões de autônomos no Brasil. Esses são também brasileiros e brasileiras, e não podem ser ignorados ou esquecidos nas suas condições laborais e nos seus direitos. Não podemos admitir que o trabalho precário vire regra e a plenitude de direitos, uma exceção!

Esse quadro desafiador reforça a absoluta importância desta Corte, que certamente deve ser fortalecida, para se constituir ponto de indispensável equilíbrio entre trabalhadores, forças econômicas e sociedade. É esse equilíbrio o caminho para se garantir a paz social e o desenvolvimento sustentável e mais igualitário do Brasil, certamente o objetivo de todos que querem o progresso e a felicidade da nossa nação.

É nesse sentido, Presidente Maria Cristina Peduzzi, ministros e ministras, que a OAB tem sediado uma discussão consistente e ampla, envolvendo todas as entidades ligadas ao Direito de Trabalho, para oferecer ao Congresso e à sociedade, bem como a esta Corte, um conjunto de sugestões de mudanças na



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D. F.

legislação trabalhista, que dialoga com o novo mundo do trabalho sem desamparar os trabalhadores e trabalhadoras.

Senhoras e senhores.

Seguimos confiantes de que o nosso desafio é assegurar a sobrevivência do Estado Democrático de Direito. Para isso, a vida humana precisa ser a matéria-prima na elaboração de qualquer legislação. É fundamental resgatar a empatia, a solidariedade, o amor e a capacidade de diálogo entre nós. São armas libertadoras.

Estejam certos, Presidente Maria Cristina Peduzzi e estimados ministros que compõem esta Corte, de que a advocacia brasileira estará sempre disposta a contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas pátrias, em benefício da cidadania, sempre em conjunto. Essa é a nossa missão!

Muito obrigado!